



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 135 - 1ª QUINZENA DE JULHO DE 1997 - R\$ 1,00

Congelamento Salarial

Milhões de Desempregados

**Destruição
da Saúde,
Educação,
Previdência**

Privatizações

**Mais
Impostos**



**Quebra da
estabilidade
do
funcionalismo**

**Aumento da
dependência
externa**

Só tem um jeito:

**Luta nacional e unitária de massas, para
combater FHC e seu plano antinacional e antipopular**

**Congresso da UNE:
Por um Congresso
estudantil
de luta e
revolucionário**

**Congressos da CUT:
A tese oficial
é a tese da
colaboração
de classes**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

As direções sindicais burocratizadas e elitizadas estão de mãos atadas, conciliando com os patrões e o governo. Facilitam os acordos, manobrando as assembléias. Ame-drontam os trabalhadores com o desemprego e os influen-ciam a aceitarem as propostas patronais. Em algumas categorias, mesmo antes das propostas serem levantadas ou aprovadas pelos operários, nas assem-bléias, já existem cartazes prontos com as reivindicações, os métodos de luta e as ma-nifestações das campanhas salariais.

As negociações quanto ao calote dos pa-trões no pagamento do salário são mais uma prova disso que dissemos acima. Não é possível o acordo para o calote! É greve ou se apropriar de toda a produção e ocupar a própria fábrica! O operário vende sua força de trabalho por um determinado salário. Um salário que mal dá para sobreviver, enquanto produz um valor imenso para os patrões. As direções que gostam de respeitar as leis e acreditam na justiça fecham os olhos e cruzam os braços na hora de defenderem a causa dos explorados.

As inúmeras greves que ocorrem diaria-mente em várias categorias demonstram a insatisfação dos trabalhadores, sua dispo-sição de luta e a possibilidade de uma luta unitária contra a política econômica do go-verno.

Está clara a posição de conciliação de classes das atuais direções sindicais.

A classe operária, pelo lugar que ocupa na produção e por sua força social, é capaz de unificar a luta da maioria explorada con-tra uma minoria de capitalistas parasitá-rios.

Organizar a Plenária Nacional de Base em todos os sindicatos.

* Metalúrgicos da **Antenas Santa Rita** em greve durante 5 dias contra calote dos patrões no salário de maio. Patrões acertam dívida depois da greve.

* Metalúrgicos da **TRW**, de Diadema paral-isam por duas horas para pressionar acordo sobre PLR.

* Funcionários da **Max Service**, que presta serviços para Eletropaulo, em Barueri, em greve; reivindicam 10,3% de reajuste e melhores condições de trabalho.

* Eletricitários da **Eletropaulo** em as-sembléia fecham acordo de reajuste de 8% e seis abonos entre 4% e 6,5%. Na **Cesp** patrões oferecem 5% e mais seis abonos de 6%.

* Peões da **Camargo Corrêa** que traba-lham na Usina de Porto Primavera em greve desde o dia 04/06 contra a redução para 50% das horas extras. TRT julga greve não abusiva e determina que a construtora pague todos os dias enquanto durar a greve. Além dos 2700 operários da Usina a medida é extensiva aos trabalhadores de outras 3 empreiteiras que também aderiram à greve.

* Operários da **Monark** ameaçam entrar em greve e patrão firma acordo de R\$ 600,00 de PLR em 3 parcelas.

* Motoristas e cobradores da **Viação São**

Camilo, em greve, reivindicam abono-descanso (folga ad-quirida após 90 dias sem falta), pagamento das horas extras e folgas no fim de semana.

* **Aeronautas e aeroviários** em "estado de alerta", rejeitam proposta patronal de 7% de reajuste para todas as faixas salariais. Reivindicam reajuste de 11% e 6% de produtividade.

* Operários da **Philips**, em Mauá, protestam na porta da fábrica contra fechamento de 115 postos de trabalho na fábrica de peças de vidro para televisão. Em São José dos Campos, a Philips demitiu 250 trabalhadores no dia 21/06 e deu férias coletivas para 400. Patrões alegam altos estoques de aparelhos de TV em Manaus: apostaram na venda de 12 milhões e venderam 9 milhões de apare-lhos.

* Carteiros da **ECT** (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) iniciam campanha salarial e entregam pauta de reivindicações: 21,39% de reposição salarial, 5% de aumento real, piso salarial e vale-refeição a R\$ 12,00. Atualmente o salário-experiência de um carteiro é R\$ 260,00 e após experiência R\$ 280,00.

* Ferrovários da **CPTM** fazem "operação tartaruga" enquanto aguardam julgamento do dissídio do TRT: 9% de reajuste e revisão do plano de cargos e salários.

* Metalúrgicos do **Liceu de Artes e Ofícios**, fábrica de reguladores de gás e hidrômetros, em greve desde o dia 15/06 por antecipação de R\$ 400,00.

* Sapateiros e coureiros do estado de São Paulo iniciam campanha salarial. A pauta de reivindicações contém 73 itens, entre eles o reajuste pelo ICV-Dieese de 9,5%, aumento real de 10%, redução da jornada de trabalho para 40 horas, fornecimento de cesta básica e participação nos lucros e resultados.

* Operários da **Nordon** Equipamentos para indústria de cervejas fazem protesto contra ameaça de demissões.

* Peões da **Sobrasco** paralisam obras de prédio de luxo na avenida Giovanni Gronchi, no Morumbi, em protesto contra o atraso no pagamento do salário, do vale-transporte, cesta básica e não fornecer café da manhã, previs-tos no acordo coletivo. A polícia foi chamada. Os peões estão construindo edifício de 22 andares, no valor de R\$ 3,5 milhões cada apartamento, no qual cada proprietário paga R\$ 20 mil de prestação.

* Trabalhadores da **Cofab**, após 6 dias de greve, con-quistaram participação no lucro e resultados de R\$ 400,00.

* Bancários do **Banco Central**, em São Paulo e Rio de Janeiro, fazem greve de advertência contra as medidas do governo para acabar com o fundo de pensão Centrus. Em Brasília, os funcionários fazem paralisação durante duas horas.

* Peões temporários para as obras do **Shopping Tatuapé**, contratados pela empreiteira Adrimont fazem mani-festação em frente ao shopping contra o atraso no salário de maio e pagamento com cheques sem fundo.

* Metalúrgicos da **Nardini**, de Americana, continuam acampados (desde 17/02) para impedir a retirada das máquinas, pois os patrões pararam a produção de tornos e não pagaram mais os salários (desde novembro). A Força Sindical nada tem feito para defender os trabalhadores. A CUT entrou, então, com liminar e obteve na justiça a indisponibilidade dos bens individuais e os da empresa. Em "audiência de conciliação", patrões prometem voltar a produzir no dia 1º de julho para pagar 20% da dívida em 10 de julho e o restante em 10 parcelas. Os metalúr-gicos exigem comissão de fábrica, estabilidade no emprego e eleição para decidir qual seu sindicato; Sindicato dos Metalúrgicos de Americana (Força Sindical) ou Sindicato



de Campinas (CUT).

* Trabalhadores da **Singer**, em Campinas, ameaçados de demissão. Patrões dão férias coletivas juntamente com as férias para 1.700. De julho do ano passado a fevereiro já foram demitidos 900 operários. Os patrões alegam queda nas vendas, no entanto, acabam de construir uma unidade da fábrica em Juazeiro, no Ceará.

A campanha dos Borracheiros

As greves isoladas por empresa provam que as reivindicações de reajuste e aumento salarial, que deve ter o mesmo percentual para toda a categoria, na realidade não acontece. O aumento real de salário tem sido substituído pela enganosa participação no lucro ou resultados. No início da campanha os borracheiros reivindicavam 10%

de aumento real, 6,95% de reajuste e R\$ 2.500,00 de PLR para todos os trabalhadores.

Na **João Maggion** aprovam proposta de reajuste de 6%, dividida em 3% em maio e 3% em agosto.

Na **Firestone**, em Santo André, encerram a greve e aprovam 6% de reajuste e PLR de R\$ 1.300,00 que será pago como 14º salário em 31 de outubro. A primeira parcela do 13º será paga em fevereiro de 98 para todos os operários.

Na **Goodyear**, em Americana e São Paulo, aprovam 5% de reajuste e R\$ 1.800,00 de PLR em duas parcelas (julho e janeiro)

Na **Pirelli** (Campinas, Santo André, Feira de Santana, Bahia e Gravataí, no Rio Grande do Sul) reajuste de 4% e R\$ 1.800,00 de PLR.

O caso Cpem:

Aonde leva a Comissão interna do PT?

Dissemos no Massas anterior que as denúncias de corrupção nas prefeituras dirigidas pelo PT não poderiam ser apuradas pelo próprio PT. Primeiro, porque não se trata de um problema interno ao partido. Segundo, porque é parte interessada.

Também rechaçamos a via da CPI. Primeiro, porque esta não expressa senão o jogo político entre os partidos da burguesia. Segundo, porque seria colocar o PT nas mãos dos adversários, que querem barganhar seu silêncio diante do mar de corrupção.

Nossa resposta é a de colocar o problema nas mãos dos trabalhadores, através da constituição de um tribunal popular. Primeiro, porque só os trabalhadores têm interesse em acabar com a corrupção,

uma vez que são vítimas. Segundo, porque se trata de dinheiro público. Terceiro, porque é preciso organizar os de baixo contra os opressores de cima.

O Tribunal Popular investigaria não só a denúncia contra o PT, mas contra toda corrupção, inclusive a da compra dos votos para a reeleição.

Pois bem, as primeiras informações sobre a Comissão interna é de que se apurou que o PT nada deve. Quem deve é tão-somente o compadre do Lula, Sr. Roberto Teixeira, filiado ao PT e interessado na lucratividade da CPEM. Alguém poderia esperar algo diferente?

NACIONAL



O Judiciário cumpre mais uma vez seu papel reacionário e condena José Rainha

A condenação de José Rainha pela justiça burguesa é a confirmação do papel do judiciário perante as reivindicações e a luta dos oprimidos na sociedade capitalista. Ou seja, o de conter e reprimir a luta dos explorados, em defesa dos interesses dos exploradores.

O fato é que montou-se uma verdadeira farsa, instalou-se um júri, cujo veredicto, de antemão, já se sabia qual seria.

A verdade é que, se há um traço em comum ao Direito, em qualquer época da história, este é justamente o de que o mesmo só se realiza pela coibição à luta das classes oprimidas.

Quer seja no Direito antigo Egito, passando pelo Direito hebreu, assírio, babilônico etc. verifica-se como característica comum a todos a defesa dos interesses da classe dos ricos e

poderosos contra as classes exploradas. Tanto é verdade que o chamado Direito obrigacional, comum a tais sistemas jurídicos, tratava sobretudo de punir até com a morte àqueles que se rebelassem ou ferissem os interesses de classe dos reis, proprietários etc.

Nesse sentido é que a condenação do líder dos sem-terra, José Rainha, mais que tudo, enuncia o verdadeiro conluio entre o judiciário e os latifundiários, o que demonstra que o intitulado "Direito moderno burguês" nada tem de novo em essência. Da mesma forma que no antigo Direito romano, punia-se os "rebelados" até com a dissecação física, também pune-se àqueles que se opõem aos interesses da classe dominante burguesa de nossos dias. Ou seja, assim como há séculos atrás, o

sistema jurídico escravagista punia os escravos "rebeldes fugitivos", o "moderno sistema jurídico burguês" penaliza seus miseráveis quando estes se colocam contra os interesses da classe burguesa.

Por tudo isso é que as massas exploradas não podem alimentar qualquer ilusão no sistema capitalista burguês e suas instituições, mas, ao contrário, só a luta direta pela derubada da burguesia e a liquidação de seu regime de exploração de classe é que acabará com a miséria e o sofrimento da grande maioria oprimida. Só a revolução proletária e a ditadura do proletariado (governo da maioria explorada contra a minoria exploradora), suprimirá a burguesia parasitária, seu Estado policial e seus mecanismos de repressão.

Greve na PM mineira

Para quem as armas devem ser apontadas

O registro em vídeo do lugar em que partiu o tiro contra o PM grevista indica que o atirador foi instruído para fazê-lo. E a declaração do general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe da Casa Militar, de que o tiro foi providencial para se evitar a ocupação do palácio do governo e acabar com a greve vem confirmar o ocorrido.

Os PMs grevistas não estavam em posição de tiro e nem procuravam o conflito armado, como a situação o demonstra. Entretanto, estavam decididos a não acatar as ordens hierárquicas totalitárias, próprias de todo e qualquer aparelho repressivo do Estado burguês.

Para o alto comando, que tem todo tipo de privilégio, os soldados têm de passar fome calados, ganhando um salário que mal paga o aluguel. As assembleias, greves e manifestações de rua são proibidos, uma vez que se opõem à estrutura totalitária do corpo repressivo e correspondem à democracia dos explorados.

A polícia, tanto quanto o exército, tem a função justamente de reprimir as greves operárias e demais setores oprimidos. Ela é o braço armado do Estado para sustentar a mesma estrutura de opressão que mantém os soldados na miséria e os transformam em sanguinários a serviço dos ricos e poderosos.

É do interesse dos governos e da burguesia que os PMs ganhassem um bom salário, para fazer jus a sua função de reprimir os movimentos de massas e chacinar trabalhadores assim que os capitalistas exigissem, a

exemplo dos massacres de sem-terra e assassinatos de sem-teto. Ocorre que o Estado está obrigado a aumentar cada vez mais o número de policiais, dado que a exploração capitalista tem ampliado a miséria das massas. No entanto, os estados estão com as finanças quebradas. Suas dívidas são monumentais, contraídas para favorecer empreiteiras, banqueiros etc, sem contar com o desperdício com a vasta corrupção. A falência financeira dos estados é reflexo da crise do sistema econômico capitalista, que tende a se agravar. Nessas condições, os estados não têm como sustentar milhares e milhares de homens improdutivos, cuja função essencial é a de proteger a burguesia, seus capitais e seus governos.

Trata-se de um exército de PMs escravizados por um aviltante salário, tão baixo quanto os da classe operária, e oprimidos pela hierarquia da oficialidade. A explosão grevista em Belo Horizonte, Minas Gerais, sob o governo do PSDB, foi fruto de tais contradições. O que mostra que o próprio aparato militar treinado contra as greves foi empurrado a se utilizar de tal método de luta e de democracia.

Assim que o governador tomou consciência de que os privilegiados oficiais, que haviam ganho reajuste diferenciado, já não tinham poder de comando, buscou auxílio do exército, que é o pilar mais especializado para conter perigosas convulsões sociais. Por outro lado, o comando da PM recorreu às tropas do interior. Era o exército e a PM reprimindo a PM grevista. Com certeza, foi preparado com risco calculado o tiro que matou o cabo Valério dos Santos Oliveira.

O que os soldados têm a aprender com essa lição é que as armas devem sempre ser apontadas contra os exploradores e seus governos, que exploram os de baixo e mantêm uma casta de oficiais bem paga para planejar a repressão e tirar a vida dos que lutam.

O problema político expresso na greve

O reajuste obtido foi insuficiente frente às necessidades de vida dos PMs. Mas resultou numa grande vitória. O governo temeu a quebra da hierarquia das tropas. As assembleias massivas e as manifestações de rua de centenas e centenas de policiais se mostraram surpreendentes, partindo de uma corporação militar. O risco de radicalização do movimen-

to e de confrontação armada entre os PMs imprimiria uma perigosa crise política, que extrapolaria a simples reivindicação salarial. Outros setores do funcionalismo também estavam em posição de luta, a exemplo dos professores. Tratava-se, portanto, de conter o impulso grevista, que pudesse se transformar em um único movimento contra o governo.

Por outro lado, havia o perigo da greve da PM mineira se espalhar por outros estados, verificado o grande descontentamento, como em São Paulo, Pará, Ceará etc. A abrangência da greve na PM implicaria na abertura de uma crise nacional.

Mas ao governador não lhe convinha correr o risco de radicalização, embora o governo federal o instruisse a não conceder reajustes. O temor era que a concessão pudesse vir a ser um ponto de apoio para as PMs dos demais estados reivindicasse o mesmo. Como se vê, as duas vias implicavam em risco de ampliação da crise. E de fato esta ainda não foi debelada.

Os governos estão agindo com todo tipo de pressão interna para que os PMs não façam novas greves. Mas tudo indica a tremenda dificuldade em solucionar o impasse, uma vez que este está expressando as contradições do sistema capitalista em crise.

Frente a isso, trata-se de defender a total liberdade para as tropas realizarem as assembleias, o direito de greve e o fim de toda e qualquer repressão. É necessário, para que os direitos democráticos se implantem em detrimento da hierarquia totalitária do corpo militar, que se trave a luta pelo direito das tropas elegerem os comandantes e os destituírem, bem como pôr fim aos privilégios da casta oficial. Sem que as tropas avancem politicamente nesse sentido não poderá se defender contra a opressão de que também são vítimas.

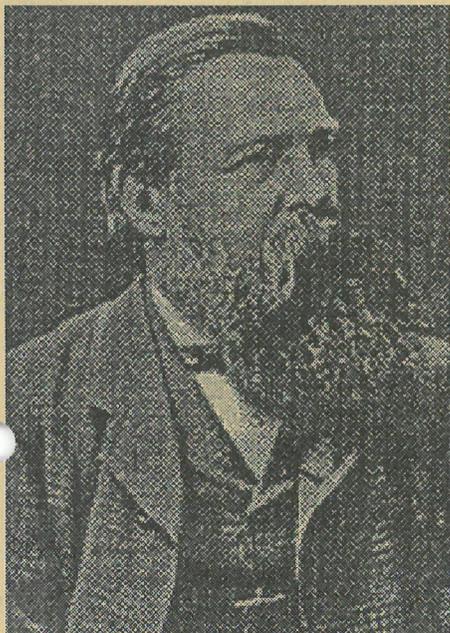
Cedo ou tarde, a luta de classes mostrará a uma grande parcela dos soldados oprimidos que foram transformados em opressores sem causa e que suas armas deverão ser colocadas a serviço da libertação do proletariado. A tarefa nesse sentido é destruir todo aparato repressivo da classe capitalista através da revolução social e substituí-la por milícias populares, que estarão a serviço das massas contra a minoria de algozes, a quem a humanidade debita todo tipo de barbárie, dentre elas o militarismo.



150 Anos do Manifesto Comunista

Dando continuidade ao movimento de divulgação e defesa do Manifesto Comunista, primeiro programa operário voltado a destruir o capitalismo, reproduzimos abaixo duas circulares. O objetivo é incentivar os trabalhadores e juventude estudantil a dele participarem no sentido da defesa da construção do Partido Operário Revolucionário, sem o qual os debates e outras atividades não sairão do âmbito acadêmico.

150º Aniversário do Manifesto Comunista - II Reunião Nacional



A reunião foi realizada em 14 de junho de 1997, no Departamento de Geografia da USP. Compareceram aproximadamente 80 pessoas, devendo-se notar a presença de delegações do Rio de Janeiro (UFF), de entidades sindicais (CUT, Químicos Osasco, Metalúrgicos), do interior paulista (UNESP), de regiões paulistas (Guarulhos, Osasco), do Paraná (Maringá, Londrina).

Houve uma ativa participação de todos os presentes, debates apaixonados, sem no entanto que a reunião perdesse a sua objetividade e seu eixo. A reunião culminou com uma representação teatral realizada por uma delegação juvenil de Guarulhos.

Vejamos os principais temas discutidos. Sobre a base de um acordo geral em torno da importância da realização de eventos nacionais sobre o 150º Aniversário, discutiu-se a necessidade de um QG (Sede) Nacional, para coordenar as diversas atividades, e organizar um evento nacional, previsto para abril de 1998. Houve várias propostas de sede (a USP, o MST, a CUT). Acordou-se realizar uma gestão perante a direção da CUT, para saber da possibilidade real de sediar a coordenação nacional (com sala, telefone, fax, e-mail etc) antes de tomar uma decisão definitiva.

Houve informes sobre os encontros regionais de São Paulo (realizado na CUT Nacional) e Rio de Janeiro,

muito concorrida, assim como sobre atividades em diversas regionais, e adesões recebidas em vários estados, o que demonstrou a ampla repercussão da iniciativa, embora ela esteja apenas engatinhando. Dentre as propostas apresentadas nesses encontros, cabe destacar: uma publicação massiva e super-econômica do Manifesto Comunista, a publicação de anais do evento nacional, o convite a pesquisadores e militantes estrangeiros (vários nomes foram levantados), a realização não de um, mas de dois encontros nacionais (em abril e novembro de 1998). Iniciou-se um debate sobre os eixos temáticos do evento nacional, que não devem reproduzir apenas aqueles do evento mundial do "Espaços Marx", previsto para Paris em maio de 1998. Os encontros regionais devem afunilar as propostas de eixos temáticos.

Insistiu-se sobre a necessidade de que as atividades regionais e a nacional não tenham só um caráter comemorativo ou acadêmico, sendo necessário que elas veiculem a problemática atual (ou a "atualidade do Manifesto") e que tenham como protagonistas os movimentos sindicais, juvenis e sociais em geral.

Houve propostas no sentido de que não houvesse apenas um evento nacional localizado, senão vários, nas principais capitais regionais: foram sugeridos eventos em São Paulo, Rio



de Janeiro, Brasília (onde haveria eventual apoio parlamentar), Porto Alegre (onde haveria eventual apoio da prefeitura) e uma capital do Nordeste (Fortaleza?) e do Norte (Belém: onde também poderia haver apoio da Prefeitura). Os convidados internacionais e alguns nacionais participariam de tantos quantos pudessem, e seriam democraticamente distribuídos.

Decidiu-se marcar uma nova reunião para 23 de Agosto, às 10 h, no Departamento de História da USP, para, se possível, definir os aspectos principais, temáticos, organizativos e de calendário (coordenação nacional, sede, comissões, eixos temáticos, local de eventos etc). Os encontros regionais deveriam trazer propostas concretas sobre estes e outros assuntos.

Até lá, conformou-se uma comissão provisória, com vistas a entrevistar-se com a direção nacional da CUT, elaborar este boletim e centralizar informações. Ficou composta por: Osvaldo Coggiola, Zilda Iokoi e Carmem Vidigal (USP), Paulo Barsotti (Santo André), Antonio Rago (PUC), Virginia Fontes (UFF) e Carlucio Castanha (CUT).

Reproduza e divulgue este boletim. Novas adesões para: Osvaldo Coggiola - Universidade de São Paulo - FFLCH (DH) - Av. Prof Lineu Prestes, 338 - CEP 05508-900 FAX (011) 818-31 50 - São Paulo, e-mail: zmgio-
koi@hotmail.com.

Nacional



A palestra de Jacob Gorender foi contra o Manifesto

Por ocasião do lançamento da Revista "Lutas Sociais", na PUC/SP, foi dada a abertura ao movimento de comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista. O surpreendente é que o palestrante é que o palestrista, ex-militante estalinista do PCB e do foquista PCBR, agora dedicado ao puro trabalho intelectual, dedicou seu tempo para demonstrar que as principais teses do Manifesto estariam superadas.

Mais do que isso: pretendeu explicar que Marx não cometeu falhas de análise e prognóstico, mas sim erros, dando a parecer que falhas são sanáveis e não comprometem a doutrina, agora os erros significam comprometimento estratégico. Segundo o pretensioso intelectual, seu objetivo é corrigir tais erros, pois afinal de

contas não se trata de negar o pensamento de Marx como um todo. Felizmente, o dito e o não dito de Gorender não sairá da órbita dos desencantados com o "comunismo" de Josef Stalin e vislumbrados com os feitos das transformações tecnológicas do capitalismo.

E foi aí que Gorender se apegou. Para ele, a classe operária está desaparecendo, tamanha é sua diminuição, contrariando assim a premissa do Manifesto que afirma a progressiva proletarização e polarização entre duas classes, a burguesia e o proletariado. Temerosamente, procurou ressaltar que não acha que o proletariado se extinguirá.

Mas tal temor não lhe tirou o convencimento do principal: de que a classe operária já não é a classe revolucionária e de que a revolução proletária, como previam Marx e Engels, já não tem mais lugar. Não faltou ousadia para dizer em tom bem alto: onde e quando se realizou a bandeira do Manifesto de "Proletários do mundo inteiro, uni-vos". O Sr. Gorender se esqueceu de analisar as inúmeras traições do anarquismo, da socialde-

mocracia e do estalinismo, com o qual colaborou por muito tempo.

Se não bastasse tal superficialidade - e não por desconhecer a história -, adentrou na aventura de identificar Lenin com Stalin, responsabilizando o primeiro pelo segundo.

Muita gente não esperava tal postura de Gorender. E só não se espantaram com suas afirmações contra Trotsky idealista, ortodoxo etc, e defesa de Stalin realista.

Triste fim é reservado aos intelectuais do estalinismo, que hoje se encontram desiludidos e acreditam que agora estão com a verdade achando os erros de Marx. Mas ao contrário das desilusões de Gorender e de suas fantasias de reformador do pensamento socialista de Marx, o Manifesto continua sólido diante da decomposição mundial do capitalismo. Nele estão contidas as leis da desintegração do capitalismo e da revolução social.

A nossa tarefa é de assimilá-lo através da experiência e da prática revolucionária para superar a crise de direção, construindo o partido mundial da revolução socialista.

Judiciários:

Avança o processo de organização da categoria

A última reunião da Comissão Estadual do Judiciário, realizada na comarca de Osasco em 14/06/97, contou com a presença de quase vinte companheiros. Entre outras coisas, foi eleita uma comissão preparatória do Congresso da categoria, bem como outra comissão encarregada de levantar as perdas salariais da classe, preparando-se para a campanha salarial que se lançará por ocasião da realização do Congresso em setembro

próximo.

Ocorre que já na primeira reunião da comissão preparatória do Congresso, recolocou-se a discussão sobre a reconstrução do sindicato ou a fundação de uma federação de associações.

Contraditoriamente, alguns companheiros que se colocam por organizar a campanha salarial da categoria e a luta pelas demais reivindicações, como melhores condições de trabalho etc., apresentam-se vacilantes quanto à idéia de reconstruir o sindicato. Tal posição reflete, entre outras coisas, o imobilismo da classe, que já dura mais de cinco anos, bem como a acomodação dos mesmos às pressões dos aparelhos, já que grande parte da comissão estadual é composta de di-

retores de associações de diversas comarcas.

A verdade é que, pelo seu caráter assistencialista, uma federação de associações não teria como se colocar por mobilizar a classe e, caso tal contradição se aprofunde no Congresso, nosso dever é assinalá-la e de lutar pela aprovação de um programa de classe, que será a alavanca para se travar a luta contra as posições aparelhistas que ora se expressam, embora contraditoriamente, no seio da comissão.

Sem dúvida nenhuma esta é uma luta que permitirá aglutinar os setores mais combativos da categoria, em oposição àqueles cujas tendências aparelhistas se expressam de forma mais definida.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



Os três anos do plano antinacional e antipopular

O Plano Real fez três anos em 1º de julho. O governo, os capitalistas, os sindicalistas, todos se preocuparam em avaliar o plano. Nenhum destes se colocou contra o plano de conjunto. Mentem todos juntos quando afirmam que nesse plano há aspectos benéficos para as massas.

A necessidade burguesa do Real

O plano Real foi idealizado no governo Itamar Franco. A conjuntura era marcada pela inflação superior aos 30% mensais, por uma grande divisão da burguesia pela grande instabilidade econômica, por um governo que não correspondeu plenamente à imposição de andar com as reformas ditadas pelo imperialismo, pelo fracasso da reforma constitucional de 1993, pela ameaça de ascensão prenatada da frente popular à Presidência da República. Para as frações burguesas sob pressão imperialista, tornou-se imperativo agir no sentido de criar condições políticas e econômicas que permitissem as negociações interburguesas que levassem à implementação dos ditames imperialistas. Estes consistiam fundamentalmente na abertura econômica às mercadorias das metrópoles e na criação de condições ao estado para sustentar o parasitismo financeiro. A este conjunto de medidas se convencionou chamar de "neoliberalismo". Traduz-se em eliminação de barreiras alfandegárias, privatizações, cortes de gastos públicos com saúde, educação, previdência etc., demissão massiva do funcionalismo, aumento de impostos, corte de investimentos estatais.

Os fundamentos do plano Real

A estabilização econômica se tornou a base para a realização de qualquer mudança no quadro político-institucional do país. A instituição da nova moeda se deu através de um profundo arrocho salarial, do estabelecimento de altíssimas taxas de juros no país, e na sobrevalorização da moeda nacional diante do dólar, sustentada pelo afluxo de dólares em busca dos altos rendimentos propiciados pelo governo. A esse mecanismo se denominou "âncora cambial". Desta forma, logo se conseguiu baixar a inflação para menos de 3% mensais.

A sobrevalorização da moeda nacional criou problemas comerciais para o país e trouxe redução de lucros a setores exportadores, em benefício

das multinacionais. Isto porque a desvalorização do dólar levou a um aumento dos preços de mercadorias brasileiras no exterior, o que levou à perda de mercado para as empresas sediadas nas metrópoles. De outro lado, barateou artificialmente as mercadorias importadas pelo Brasil, porque os importados passaram a custar menos em dinheiro brasileiro sobrevalorizado.

Assim, as multinacionais foram de saída beneficiadas duplamente. Passaram imediatamente a vender mais tanto no Brasil quanto no mercado mundial, aproveitando-se do recuo brasileiro.

Outra consequência imediata do plano foi o agravamento das tendências recessivas. Os altos juros no interior do país levaram as empresas a dificuldades, ou a buscarem financiamento no exterior, onde vigoram taxas de juros com ordem de grandeza inferior às nacionais. Ao buscarem dinheiro no exterior, aumentaram a dependência e endividamento externo.

Parte dos prejuízos dos capitalistas nacionais foram compensados com o arrocho e congelamento salarial. A inflação dos três anos de Real chegou a 64%. Os salários não acompanharam os preços, o que consiste em expropriação salarial. Esta foi mais forte sobre o funcionalismo, que chegou a ficar no geral sem nenhum reajuste em três anos, o que fez despencar seu poder de compra.

O primeiro surto de consumo e a recessão

O primeiro ano de plano Real registrou um aumento substancial da produção industrial. Os números finais escondem uma realidade econômica contraditória, que tem uma série de aspectos importantes.

A queda da inflação levou a uma retirada progressiva e sistemática de dinheiro das cadernetas de poupança. Esse grande volume de dinheiro foi aplicado em consumo de carros e eletrodomésticos, fundamentalmente. A redução das tarifas de importação fez com que parte desse consumo se voltasse aos importados. O governo teve de recuar na liberação de importações, aumentando as tarifas de importação e estabelecendo as cotas, que limitavam o número de veículos estrangeiros.

Mas, enquanto esses setores passavam por uma elevação produtiva, outros foram quase que liquidados, como o setor têxtil e de brinquedos.

Somente em 1995 o governo recuou também nesses setores e reajustou as alíquotas de importação. Em 1996, eles voltaram a crescer.

Houve ainda um importante recuo na produção agrícola, que depois voltou a crescer sensivelmente.

Assim, o quadro de crescimento inicial na economia ocultava as falências que seguiram-se à abertura econômica, e a recessão em importantes setores.

O esgotamento dos recursos da poupança levou a uma queda geral no crescimento da produção. As elevadas taxas de juros foram comprometendo os investimentos de maior vulto. A concorrência estrangeira acentuou as dificuldades de alguns setores.

O desemprego flagela os assalariados

Os números do desemprego são significativos: 16% da população economicamente ativa em São Paulo, ou cerca de um milhão e meio de pessoas. No restante do país, essa taxa varia pouco. O desemprego tem se refletido no comércio. O número de cheques sem fundo cresceu de 4 para 7 a cada mil. O número de inadimplentes (não conseguem pagar crediário) elevou-se ao dobro. Esses dados são sustentados pela elevação do desemprego, e pressionam as vendas para baixo.

A burguesia afirma que o desemprego é consequência do processo de "globalização". Seus argumentos são de que a globalização coloca a concorrência entre empresas de todos os países. Para ser capaz de concorrer, os capitalistas procuram ajustar suas empresas, dando-lhe maior pro-

Nacional



atividade. Para isso, contam com a introdução de tecnologia e a redução dos custos salariais, ou seja, com contenção salarial e com redução da mão-de-obra contratada. Pressionam seus governos a lhes concederem vantagens fiscais (isenção ou redução de impostos) e a "flexibilizarem" as

relações trabalhistas (corte de direitos sociais). Afirmam que a introdução de tecnologia requer maior especialização, e o desemprego é consequência da falta de formação profissional. Como o comércio informatizou-se, não consegue absorver os ex-empregados da indústria. Dessa forma, o desemprego atinge mais duramente as cidades mais industrializadas.

Mas, por trás da demagogia neoliberal, esconde-se a realidade. O desemprego é consequência do favorecimento às mercadorias estrangeiras, que vêm ao Brasil com isenção tributária e até subsidiadas. É consequên-

cia da política econômica de favorecimento do parasitismo financeiro, que impõe elevadas taxas de juros e inibe investimento produtivo. É consequência do aumento da superexploração do trabalho, que é feito com aplicação limitada de tecnologia e com aumento do ritmo e jornada de trabalho. E tem atingido mais duramente exatamente a fração de maior formação escolar da população. O setor menos atacado pelo desemprego é justamente o de menor formação escolar, porque a aplicação de tecnologia superespecializa o trabalho e afasta ainda mais o assalariado do processo real de produção. A indústria de informática comprova isso com sua tendência em apresentar programas e máquinas que podem ser operadas com cada vez menos conhecimento geral.

Por mais que os ideólogos da burguesia se esforcem, não conseguem dar uma solução ao desemprego. As medidas de flexibilização de jornada, isenção fiscal, redução da carga tributária etc. todas elas já foram experimentadas em vários países, com resultados contrários aos desejados, ou seja, com aumento do desemprego.

O único caminho para a superação do desemprego é a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, ou seja a divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar. Isso é a es-

cala móvel de horas de trabalho. Mas isso reduziria os lucros dos capitalistas, portanto não se pode falar consequentemente em redução de jornada sem se falar em luta classista, em ação direta contra os patrões e o governo.

A abertura econômica esmaga a economia nacional

Um dos primeiros passos das reformas neoliberais foi a abertura de mercado. Isso levou a uma elevação das importações em grau muito superior às exportações. Antes do plano Real, o país obtinha um

saldo comercial em torno de 18 bilhões de dólares. Hoje esse saldo está invertido: é negativo na mesma ordem de grandeza.

Aqui também o resultado oculta números contraditórios. Há uma discrepância entre o saldo comercial agrícola e o industrial. Na agroindústria, o Brasil tem um saldo positivo que situa-se entre os 6 e os 9 bilhões de dólares nos últimos anos. O que quer dizer que o saldo negativo (déficit) da balança comercial do setor industrial é ainda mais negativo do que o geral do país.

Isso ocorre porque o país tem importado eletroeletrônicos, veículos e máquinas industriais em grande quantidade. Como suas exportações concentram-se em produtos agroindustriais ou de base, ambos de baixo valor, não consegue equilibrar suas contas.

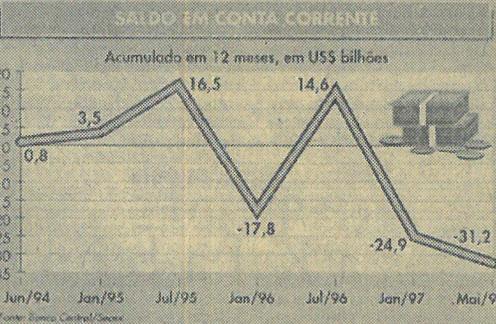
Os dados mostram que o valor bruto da importação de máquinas está estagnado. Isso quer dizer que, em grande medida, a indústria nacional está apenas substituindo o parque industrial instalado, e o faz parcialmente. Como as máquinas mais modernas requerem menos operários, isso gera desemprego. Mas a produção cresce muito pouco em relação à potencialidade da modernização tecnológica. Isso mostra que a modernização da indústria está contida pelo estrangulamento do mercado, não apenas nacional, mas mundial.

A participação do Brasil no comércio mundial era pequena e caiu ainda mais com o plano Real. Com metade do produto interno bruto brasileiro, o México, país atrasado, vende duas vezes mais no mundo que o Brasil.

O que está por trás disso tudo é o aumento da opressão nacional e dependência externa. O plano Real acentuou tendências próprias do país semicolonial, ressaltando sua função de exportador de matérias-primas e importador de capitais e mercadorias industrializadas. O aumento de investimentos estrangeiros no país, festejado pelo governo, reflete exatamente isso. E qual o caminho preferido pelos investidores externos? A aquisição das estatais, ramos chaves da economia e monopolizados, a instalação de fábricas subsidiadas pelos estados e com possibilidades de praticar o chamado *dumping social* (super-superexploração do trabalho) e, em grande medida, especulação financeira. O grande volume de dólares que ainda entra no país não reverte em nenhum passo para o desenvolvimento econômico, apenas aumenta a exploração em benefício externo.



ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E DÉFICITS COM O EXTERIOR CRESCEM SEM PARAR



Fonte: Banco Central/Socies

As dívidas se agigantam

A dívida interna saltou de pouco mais de 60 bilhões de dólares para mais de 140 bilhões. Totaliza com a dívida externa cerca de 290 bilhões de dólares. O saldo negativo nas contas do governo e as altíssimas taxas de juros agravam a situação, apesar de que tem havido recuos do governo em alguns aspectos, como a redução relativa da taxa de juros.

O governo sempre trabalhou a continuidade do plano baseado na aplicação das reformas antinacionais e antipopulares. FHC pretendia cobrir o rombo causado pelo sustento do parasitismo financeiro com o dinheiro das privatizações, elevação ou criação de impostos (CPMF), criação do FEF que corta verbas de estados e municípios, corte de gastos públicos em saúde, educação, previdência, demissão de funcionários. Parte desses objetivos foi alcançado, a duras penas. Infelizmente, não pela ação organizada do movimento operário e popular, mas pela divisão interburguesa.

O déficit público anual saltou de 2% para 4% do Produto Interno Bruto. Diante do atraso das reformas, os economistas começam a prever que a duração do mecanismo artificial do câmbio vai se desgastar em cerca de dois a cinco anos. Ainda que as reformas ocorram, o mecanismo não poderá perdurar. Isto porque é impossível sustentar indefinidamente o parasitismo financeiro elevado com estagnação econômica.

O que importa aos capitalistas não é o tamanho da dívida, mesmo porque uma parte dessa dívida é fictícia. O valor real da dívida é o de mercado, aquele com o qual o capital financeiro negocia. O que importa aos capitalistas é a capacidade do governo em sustentá-la. O que implica na sua capacidade de manobrar recursos e canalizá-los para a especulação. Enquanto não consegue avançar mais rapidamente com as reformas, o governo manobra com a incrementação do programa de privatizações, redução relativa de juros e empréstimos e emissão de títulos no exterior, que têm taxas de juros mais baixas.

Quando o governo perde a capacidade de manobra, os investimentos de curto prazo desaparecem do país, e este fica insolvente. Aconteceu com o México plenamente, parcialmente com a Argentina e pode acontecer no Brasil. Depende do governo conseguir impor suas metas "neoliberais" e oprimir ainda mais os assalariados, que são os que pagam as contas no final.

As privatizações prosseguem

O plano Real criou as condições

favoráveis às negociatas interburguesas que permitiram dar um salto nas privatizações. O governo Collor arrecadou com as privatizações cerca de 3,5 bilhões de dólares. Itamar arrecadou 5 bilhões (o que põe abaixo qualquer argumento sobre o suposto "nacionalismo" de Itamar). FHC já passou dos 8 bilhões de dólares, e prevê-se que até o ano 2000 chegarão aos 80 bilhões.

O programa de privatizações corresponde às exigências do capital financeiro internacional, que exige a entrega das estatais em troca dos títulos da dívida pública. Ao assumir o controle das estatais, o capital estrangeiro encontra terreno para crescer, através do aumento da exploração do trabalho e da elevação de tarifas ou preços. Inapelavelmente, cada privatização leva ao aumento da opressão nacional. Isto porque o estado capitalista só atua em setores da economia nos quais se impõe grande quantidade de recursos para instalação. A fraca burguesia nacional dos países atrasados não tem condições para sustentar tais investimentos, e coloca o seu Estado para fazê-lo. Assim, as estatais concentram-se na indústria de base e de serviços públicos: mineração, fundição, eletricidade, comunicações etc.

O estatismo se choca com a opressão imperialista, cumprindo assim um papel progressivo nos países semicoloniais. Por isso, deve ser defendido, através da luta contra as privatizações e defesa da reestatização das privatizadas sob controle operário. Essa reivindicação permite à classe operária se colocar à cabeça de uma luta antiimperialista, que adquire um caráter anticapitalista, pela incapacidade da burguesia semicolonial em travar a luta contra o imperialismo, a quem é ligada e dependente.

A burguesia nacional entrega as estatais, procurando tornar-se o sócio menor do imperialismo, que utiliza "testas-de-ferro" nacionais para isso. A relação parasitária faz mais bem ao hospedeiro que ao verme.

As privatizações acontecem sem a resistência organizada das massas. Em geral, são setores burgueses descontentes que se colo-

cam à cabeça de investidas contra tal ou qual privatização. As direções reformistas, dirigentes da maior parte das organizações de massa, se colocam à reboque desses setores burgueses, e sob sua direção e métodos de luta. O que significa priorizar a luta institucional, jurídica, em detrimento da ação grevista. Os limitados atos públicos que ocorreram têm mostrado a impotência desse tipo de resistência descolada da luta classista de massa.

Os ataques aos serviços públicos

A estabilização inflacionária do plano Real é utilizada como uma cortina de fumaça pelo governo. Por trás dela, FHC age furiosamente contra os serviços públicos, em benefício do capital financeiro.

A saúde pública está semidestruída. O governo age para favorecer os planos de saúde privados, até mesmo com a proteção aos grandes grupos nacionais e estrangeiros, como a proibição da instalação de grupos com capital limitado e a

Nacional



EM SEIS ANOS, US\$ 17 BILHÕES		
Andamento do Programa Nacional de Desestatização - 1991 a 1997		
Período	US\$ mil correntes	
Governo Collor (1991-1992)		
Total	3.496,70	
Governo Itamar (1992-1994)		
Total	5.098,70	
Governo FHC (1994-1997)		
Petroquímico	816,20	
Elétrico	3.756,80	
CVRD	3.166,00	
Outros	1.476,50	
Total	8.215,50	
Total Geral	17.810,90	

Fonte: Ipea. Preparação: Cabart.

MAIS 80 BILHÕES ATÉ O ANO 2000		
Cronograma das Privatizações Brasileiras - 1997-2000		
Receita Total por Setor (em US\$ bilhões)		
Empresa/ Setor	Montante	Investimento Desejado Estimado
Eletrobras	26,20	10,48
Telecomunicações	19,40	5,83
Elétricas estaduais	20,42	8,15
Bancos	2,30	0,80
Participações minoritárias	9,00	3,60
Outros	3,15	1,22
Total	80,47	30,08

Fonte: Cabart.

relativa liberdade para elevar seus preços em quase 300% nestes 3 anos. FHC criou a CPMF com o pretexto de utilizá-la para pagar as dívidas da saúde, mas logo pegou o dinheiro e o entregou aos credores financeiros. O resultado são os hospitais públicos sem as menores condições de atendi-

mento, os médicos e funcionários com salários ínfimos e congelados. E o beneficiamento dos chamados convênios, que nada mais são que os planos de saúde privados utilizando-se da rede pública para ganhar ainda mais dinheiro.

A educação tem sido privatizada de passo em passo. Corta-se o orçamento, atribui-se responsabilidades aos municípios e até às APMs de escolas, forjam-se as chamadas "parcerias" com grupos privados, substitui-se professores pelo teleensino, institui-se avaliações de todos os tipos (provão etc.), que só resultam em demissões e mais cortes de orçamentos, favorece-se o ensino privado, com subsídios e mudanças nos vestibulares, congela-se salários e demitem-se professores. Procura-se adaptar o ensino à nova realidade capitalista: já que não há empregos e vagas para profissionais formados, o governo age para destruir mais intensamente o ensino médio e superior, limitando as atribuições do estado ao ensino básico.

A previdência tornou-se um grande filão para os capitalistas. Os grupos de previdência privada têm prosperado, diante da miséria imposta aos aposentados. A reforma da previdência pretende acelerar esse processo, acabando na prática com a aposentadoria por tempo de serviço (limite de 65 anos), com as aposentadorias especiais de professores,

profissionais de atividades perigosas etc., limitando os benefícios de aposentados a poucos salários mínimos. Os gastos atuais com as aposentadorias e assistência seriam utilizados pelo governo para ajudar a sustentar a jogatina financeira com os títulos públicos.

Por fim, o governo quer acabar com a estabilidade no emprego dos funcionários públicos. Assim, poderá demitir em grande escala e economizar ainda mais dinheiro para dar aos tubarões. A essência da reforma administrativa é exatamente a liberação das demissões em massa.

Todas essas medidas são anunciadas pelo governo. As frações burguesas debatem como implantá-las. Mas não se organiza entre os trabalhadores a resistência a elas. O máximo que se faz é enviar telegramas aos deputados, organizar caravanas a Brasília e fazer atos públicos limitados. Sem resistência organizada, não será possível impedir a ação do governo sob pressão imperialista.

A responsabilidade do reformismo

A falta de uma resistência organizada ao plano é responsabilidade direta das direções reformistas da CUT, UNE, sindicatos, DCEs, associações de bairro, etc. O que têm feito é apontar aspectos negativos do plano, que deveriam ser "modificados" pelo governo sob pressão institucional. A participação de Vicentinho foi fundamental nas negociações interburguesas ao redor da aprovação da reforma parcial da Previdência.

Há ainda a responsabilidade política pela votação em projetos que fazem parte do plano geral do governo, como a privatização dos portos, por exemplo.

Pior do tudo isso é a quebra de movimentos espontâneos que se chocaram naturalmente contra o plano, através de isolamento ou de conchas de cúpula, como a greve dos petroleiros, por exemplo.

A raiz dessas atitudes está na ausência do próprio reformismo. Por entenderem que é possível reformar o regime de exploração do trabalho em favor dos explorados, estabelecem seus objetivos com base na perenidade do capitalismo. Daí à aberta colaboração de classe é apenas um pequenino passo.

O reformismo (PT e aliados) tem se integrado cada vez mais ao Estado e aos métodos fisiológicos burgueses. A corrupção reformista é exposta em toda parte, seja no partido, recebendo apoio econômico de grandes capitalistas, seja nas prefeituras e estados (desvio de verbas, superfaturamento

etc.), seja nas organizações de massa (sindicatos, CUT etc.). Depois de condenarem em Congresso a ditadura do proletariado, caminham para condenar o método elementar de luta operária, a greve, nos sindicatos (metalúrgicos do ABC) e em serviços públicos (educação, saúde).

O fato é que estão sob a influência da ideologia burguesa, incorporaram uma série de conceitos do ideário neoliberal (admitem privatizações em alguns setores, negociam a flexibilização da jornada e direitos trabalhistas, partem da admissão da globalização como fato consumado etc.). Por isso, limitam-se a propor mudanças de aspecto no plano antinacional e antipopular de FHC. Por sua estratégia frentepopulista, que pressupõe a caracterização de setores "progressistas" na burguesia, colocam-se à reboque desses setores limitando-se a atuar nos conflitos interburgueses.

Somente a luta unitária nacional de massa, antiimperialista e anticapitalista, pode dar combate ao plano

O plano Real não é apenas a âncora cambial que reduziu a inflação. Trata-se de um plano econômico que está voltado para uma série de objetivos determinados por imposição do capital financeiro internacional, aí incluídas as multinacionais. Cada aspecto está interligado a outros. Todos eles procuram responder às duas necessidades básicas do imperialismo: entrega dos mercados às multinacionais e sustento do parasitismo financeiro.

Por isso, é inviável se pensar numa luta conseqüente limitada a aspectos do plano. Trata-se de combatê-lo de conjunto.

É o governo que centraliza a ofensiva capitalista que descarrega sobre as massas a miséria e o flagelo do desemprego, aumento de doenças, destruição da saúde, educação, previdência etc. Para combater o governo é necessária a luta nacional de massa, unitária, centralizada, organizada.

Sabemos que as direções das organizações de massa paralisam-nas, bloqueiam a ação unitária, isolam as lutas espontâneas. Por isso, trata-se de organizar a partir da base novas direções. A formação de comissões de base a partir de assembleias, subordinadas a elas e com poderes acima das direções em todo o país, e sua unificação através de uma plenária nacional de base pode cumprir a tarefa imediata de erguer um movimento nacional pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular.

O POR trabalha por essa perspectiva.



A tese oficial é a tese da colaboração de classe

Depois que a burocracia dirigente da CUT, comandada pela Articulação-PT, decidiu não publicar as teses oposicionistas passamos a ter apenas a oficial. Tal decisão é um reflexo da restrição à democracia operária imposta pela Articulação-PT, que cada vez mais se integra na ordem capitalista.

As teses para o 6º Congresso indicam muito bem isso. Partem da idéia de que, sob o regime democrático burguês, diferentemente de quando se tratava do regime militar, a CUT deve se guiar pela tática da denominada "resistência propositiva" e "disputa da hegemonia". Isso quer dizer que não se trata de desenvolver a luta de classes em toda sua amplitude contra o governo, os partidos da burguesia e as relações de exploração.

O conteúdo da "resistência propositiva" é de que a CUT defenda uma alternativa de desenvolvimento capitalista supostamente diferenciada do neoliberalismo. E "disputa de hegemonia" não é outra coisa senão colocar a CUT e os sindicatos a reboque do eleitoralismo, ou seja, a reboque de uma frente política de colaboração de classes, que é a Frente Popular.

Ao dizer que não se trata de simplesmente negar as reformas neoliberais, mas sim fazer propostas, a burocracia dirigente coloca a CUT numa posição colaboracionista e de capitulação diante da ofensiva do Plano antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso. Ao não negar integralmente o Plano de destruição das conquistas sociais, de desemprego, rebaixamento salarial e sucateamento da economia nacional, a burocracia passa a compactuar abertamente com a linha pró-imperialista, embora se diga opositora e até se radicalize verbalmente contra a concentração de riquezas.

Em realidade, a tal da "resistência propositiva" resulta em substituir os métodos da luta de classes (greves, manifestações etc.) por métodos puramente parlamentares. Com a linha de apresentar soluções pró-capitalistas de política industrial, política agrária e política de distribuição de renda, a burocracia sindical submete a CUT e os sindicatos às decisões do Parlamento burguês. Parlamento esse constituído pela oligarquia, corrompido até a medula e por onde passarão somente medidas de interesses do grande capital.

O reformismo capitulador chega a posições absurdas. Quer nos fazer acreditar que é possível reverter a "produtividade industrial" em "benefício social e crescimento do empre-

go". Acaba por repetir a velha demagogia dos partidos patronais feita em época de eleição em torno de "investimentos na educação, pesquisa científica, formação profissional, saúde, educação etc".

A idéia de defender o capitalismo tornando-o distributivista (distribuidor de renda) e agradável à existência dos escravos assalariados há muito vem custando caro para as massas que continuam a padecer de mais miséria, fome e obscurantismo. O capitalismo se desagrega socialmente em escala cada vez maior pela via do empobrecimento dos trabalhadores, do desemprego etc., devido às suas leis de funcionamento baseadas na exploração e acumulação de capital. Tais leis não podem ser modificadas e revertidas em favor dos oprimidos, somente através da revolução proletária e da construção socialismo.

Ocorre que a burocracia, comandada pelo PT, se transformou numa adversária frontal à luta revolucionária voltada a destruir o capitalismo. Isso explica por que a casta dirigente dos sindicatos se submete aos ditames das reformas neoliberais. O resultado de tal submissão está às vistas. A CUT foi neutralizada perante a reforma da Previdência, Administrativa e perante o entreguismo do Plano de desestatização e abertura de mercado. As massas têm arcado com o desemprego crescente, sem que os sindicatos tenham movido uma palha para unir os operários e demais explorados contra essa chaga do capitalismo.

Enquanto o governo aplica medidas de "flexibilização do trabalho", quebra de conquistas sociais e congelamento salarial, os burocratas sindicais arquitetam um capitalismo voltado "à promoção do crescimento econômico com equidade social e regional". Enquanto o governo oferece um reajuste de oito reais para o salário mínimo, a CUT-PT faz demagogia eleitoral com a chamada "renda mínima". Enquanto o governo chacina camponeses sem-terra, a direção da CUT se nega organizar a aliança operária e camponesa para a luta direta e propõe negociar com os representantes dos latifundiários metas de assentamentos anuais etc. Enquanto o ensino e a saúde públicas estão sendo literalmente liquidados, os salvadores do capitalismo requeentam o velho prato do ideário da burguesia liberal com a idéia de "democracia", "liberdade", "solidariedade" e "justiça social". Com tal prato, pretende-se rechaçar os métodos da luta de classes e substituí-los por movi-

mentos pequeno-burgueses denominados "frente popular por cidadania".

Por essas teses, não se trata mais de procurar a unidade grevista nacional dos trabalhadores e organizar o combate de forma que as massas ganhem as ruas. Mas sim fazer movimentos institucionais resultantes de alianças com setores ditos democráticos da burguesia e pequena burguesia, nos quais a classe operária e demais segmentos não passam de massa de manobra.

É necessário que a militância e os trabalhadores rejeitem as teses reformistas capituladoras e se coloquem por um plano de combate aberto à política antinacional e antipopular do governo. É necessário responder com a unidade dos trabalhadores em torno da bandeira de Abaixo o Plano entreguista de fome, miséria e desemprego de FHC. Somente a sistemática e ampla organização das lutas em nível nacional contra a classe capitalista e seu governo poderá colocar a CUT no centro da situação política e transformá-la em organismo antiimperialista e anticapitalista das massas.

Sabemos perfeitamente o resultado antecipado do 6º Congresso, tão manietado como está a representação das delegações. Mais uma vez a burocracia colocará a CUT a serviço dos interesses estranhos ao proletariado. O importante, entretanto, é constituir uma fração revolucionária que defenda o programa da revolução e ditadura proletárias. É sob essa linha que a militância do POR atuará nos congressos estaduais e nacional da CUT.

Movimento Operário



Rejeitemos o provão! – Organizemos a luta contra a destruição do ensino!

O governo FHC determinou novamente a realização do provão, desta vez para mais alguns cursos. O pretexto é a avaliação das faculdades pelos resultados obtidos pelos alunos. A verdade é que essa avaliação será utilizada para impulsionar a destruição do ensino público.

No ano passado, em alguns cursos como a Poli-USP por exemplo, os alunos boicotaram o provão e a Poli foi reprovada. Em outros, tentou-se impedir a realização da prova, mas a pressão e a chantagem do governo forçaram os alunos a submeterem-se.

Neste ano, FHC determinou aumentar o número de locais de exame e reforçar o policiamento, para impedir as manifestações contrárias ao provão. O aumento da repressão mostra que o governo está disposto a implementar sua linha para a educação à força, autoritariamente.

O que está por trás do provão

A política do governo FHC para o ensino é a ditada pelo Banco Mundial: reduzir as obrigações estatais com o ensino superior e médio e limitá-las ao ensino básico. Em outras palavras, destruir o ensino público, principalmente o superior e o médio, para atender às exigências dos capitalistas. Primeiro, cortar gastos públicos com a educação, assim como com os outros serviços sociais, para sobrar dinheiro para sustentar o parasitismo financeiro. Segundo, adaptar a escola às necessidades dos capitalistas, que cada vez menos necessitam de força de trabalho formada. Terceiro, destruir a escola pública e voltar todos os recursos estatais para as escolas privadas, que são uma mina de ouro para os

proprietários.

O provão é um instrumento para aplicar essa política. A avaliação das escolas já mostrou no ano passado e mostrará novamente aquilo que todos sabemos, que a educação está péssima. O mercado de trabalho não precisa do provão, porque tem seus próprios critérios de avaliação, sabe que o ensino superior é de má qualidade e aplica suas próprias avaliações. Os alunos não precisam de provão, pois sentem na pele a queda sistemática da qualidade do ensino.

O provão serve para o governo mostrar à sociedade que o ensino vai mal e o dinheiro público é mal empregado. E que as escolas públicas vão pior ainda. A avaliação servirá para armar o pretexto para o corte de verbas para as escolas públicas e favorecimento ainda maior das escolas particulares.

Os erros da direção da UNE

Já no ano passado, a direção da UNE insistiu de todas as maneiras nas negociações com o governo, ministério e parlamento. Jogou todas as suas fichas pedindo à justiça manipulada pelos capitalistas que livrasse os estudantes do provão. Chegou a admitir outros tipos de avaliação pelo governo, como uma prova sem identificação do aluno. Foi derrotada em todas as tentativas.

O que faltou? Certamente o principal, faltou chamar a mobilização estudantil para enfrentar o provão. Faltou dizer que o provão é instrumento do governo para privatizar o ensino público. Faltou defender a autonomia universitária, contra qualquer ingerência do governo. Depois, a direção da UNE se limitou a chamar os estudantes a entregarem a prova em branco. Agora, se omitem.

A falta da força da mobilização estudantil colocou os estudantes nas mãos do governo, que chantageia com o diploma. Como não há uma luta unitária organizada a partir das escolas, só resta ao estudante que se opõe ao provão a sua entrega em branco. O protesto da entrega da prova em branco é anulado pela ausência de continuidade da luta contra o provão.

O caminho é a luta direta

A destruição do ensino é a essência da política educacional do governo. Reflete no cotidiano dos alunos com a destruição da assistência estudantil (moradia, restaurante, transporte etc.), queda da qualidade do ensino, falta de professores, carência de laboratórios e falta de livros nas bibliotecas etc.

A solução dos problemas mais sen-

tidos pelos estudantes se choca diretamente contra a política de destruição do ensino. É uma luta que começa em cada escola, mas que é generalizada e necessita da unificação nacional para ter força suficiente para enfrentar o governo.

Essa luta depende da organização de uma luta nacional dos estudantes, que parte da defesa das suas reivindicações mais imediatas e leva à defesa do ensino público e gratuito para todos (fim do ensino privado, pela estatização das escolas particulares sob controle da comunidade) e da autonomia universitária, que só pode ser verdadeira sob controle e soberania da assembléia universitária e do governo tripartite, subordinado a essa assembléia.

Essa luta levará os estudantes a compreenderem a necessidade de destruição do capitalismo, que impõe a separação da teoria e prática, do saber e do fazer, o ensino robotizante e emburrecedor, a formação manipulada da consciência, enfim da deformação total que é o ensino atual. E perceberem a necessidade da defesa do ensino vinculado à produção social, que põe fim na separação da teoria e prática, que leva à formação plena do indivíduo, estimulando todas as suas potencialidades. Trata-se de um ensino que só pode ser plenamente alcançado com o fim da opressão do homem pelo homem, com o fim do capitalismo.

Tudo isso é negado pelas direções da UNE e das outras organizações estudantis. Dirigidas pelo PCdoB ou pelo PT, são coniventes com a existência do ensino privado, procuram remendar as reformas destruidoras do ensino dos governos manejados pelos capitalistas, limitam a "ação" às negociações institucionais, às pressões parlamentares e processos na justiça marionete.

Os estudantes necessitam transformar suas organizações em instrumentos para impulsionar a luta por suas reivindicações. A luta contra o provão pode ser um primeiro passo nesse sentido.

Fora com o provão de FHC!

Pela autonomia universitária, nenhuma ingerência governamental! Soberania da assembléia universitária, governo tripartite!

Abaixo a reforma neoliberal anti-nacional e antipopular destruidora do ensino!

Pelo ensino público e gratuito para todos, fim do ensino privado!

Em defesa da educação ligada à produção social!

Lutemos pela destruição do capitalismo, em defesa do socialismo científico, que só pode vir através da revolução proletária!



Por um Congresso estudantil de luta e revolucionário

A situação de impasse do sistema capitalista de exploração e a consequente política econômica pró-imperialista do governo FHC exigem do movimento estudantil uma resposta de combate. Qualquer tentativa de ludibriar o fato de que estamos diante de um ataque em grande escala à vida da classe operária, da classe média urbana empobrecida, dos camponeses e da juventude estudantil desembocará numa política de capitulação perante o grande capital nacional e internacional.

É reconhecido por todos que a Universidade pública está destruída e que a reforma neoliberal objetiva liquidá-la de vez em favor do monopólio empresarial da educação. Entretanto, o que é necessário se entender é que a quebra progressiva do ensino público e o aumento da privatização expressam as contradições do capitalismo em crise e as medidas governamentais voltadas a proteger os interesses da burguesia. O Estado burguês já não pode assegurar minimamente o ensino superior público e gratuito e caminha inclusive para se livrar do grau médio, como exigem as agências internacionais do imperialismo (Bird etc.).

Não é por acaso que a política educacional privatista é parte do Plano mais amplo de reformas neoliberais, que extinguem conquistas sociais e abrem caminho para maior penetração do capital monopolista. A reforma da educação, que pressupõe reduzir o acesso já restrito das massas estudantis às universidades e desqualificar ainda mais os cursos superiores, é ditada pelos credores internacionais tanto quanto a extinção da Previdência estatal, a quebra da estabilidade do funcionalismo, demissões em massa de servidores, maior liberdade para que os capitalistas demitam e total privatização das empresas estatais.

Isso indica que estamos diante de uma ofensiva estratégica armada pelo capital imperialista, com a conivência das burguesias semicoloniais dos países atrasados, como a do Brasil, Argentina etc. Por isso, afirmamos que toda a política que se diz opostora ao neoliberalismo, mas que não encara o Plano do governo como ofensiva geral e que não se propõe unificar nacionalmente os explorados em torno da classe operária, acaba por se submeter às pressões do imperialis-

mo.

Referimo-nos concretamente ao reformismo e ao frente-populismo representados por forças como o PT, PCdoB, PCB e outras variantes do estalinismo. Tais correntes têm se pautado pelo corporativismo e pelo divisionismo das forças operárias e populares. Ao não responderem com a estratégia de derrubada integral do Plano neoliberal, passaram a exercer inócua oposição institucional. Está aí o porquê dos mutilados protestos de última hora diante das privatizações, do provão e da total impotência frente à implantação das reformas antipopulares, que englobam a reforma neoliberal do ensino.

A UNE, a CUT e os sindicatos têm sido guiados pela linha da menor resistência ao avanço das medidas reacionárias do governo. Todos seus esforços se direcionam a convencer o Parlamento oligárquico e corrompido a modificar os projetos do Executivo. O resultado não poderia ser outro senão a mentira e a fraude da política reformista perante os trabalhadores.

Enquanto a situação objetiva exige responder com a unidade operária-camponesa-estudantil, constituída em torno de um programa e de bandeiras claras dirigidas contra o governo capitalista, as direções reformistas se perdem em campanhas de convencimento parlamentar. Ludibriam assim a necessidade de se constituir um movimento antiimperialista e anticapitalista.

É impressionante a prática despolitizadora das direções sindicais e das correntes de esquerda eleitoreiras e frente-populistas. Tudo têm feito para desvincular a reforma neoliberal do funcionamento da economia capitalista, que mundialmente se mostra esgotada e em estado convulsivo. O aumento da concentração de riquezas e da produtividade capitalista, tendo em contrapartida o crescimento da miséria e do desemprego, é admitido nas teses dos reformistas. Porém, não se tiram as conclusões do ponto de vista dos explorados. O que implicaria reconhecer que somente a organização do movimento revolucionário de destruição do capitalismo pela revolução proletária pode resistir e se confrontar com a diretriz neoliberal de descarregar a crise sobre as massas e sobre as débeis nações se-

micoloniais.

O conteúdo estratégico da política antiimperialista e anticapitalista obriga às organizações de massa, como a UNE, CUT etc, a terem uma conduta bem diferente da passividade burocrática, do pacifismo pequeno-burguês e da prática corporativista. Leva ao reconhecimento de que os problemas nacionais e internacionais terão de ser assumidos pelas massas em luta contra a classe capitalista. Mas ao contrário disso, as direções frente-populistas depositam confiança na pressão "democrática" sobre o Parlamento para que este reverta as tendências reacionárias da burguesia nacional, que expressam a política mundial do imperialismo contra as nações oprimidas e contra as massas.

Certamente, o Congresso da UNE, bem como o Congresso da CUT, por estarem sob a hegemonia do reformismo burocrático, refletirão a linha do imobilismo e do manobristo destinado a manter os trabalhadores e a juventude iludidos quanto às possibilidades da democracia capitalista e dos partidos da oposição burguesa. Dessa forma, o Congresso da UNE não aprovará uma plataforma de luta e de unidade operária-camponesa-estudantil.

Tudo indica que o centro das discussões será as eleições presidenciais de 1998 e a constituição de um movimento pacifista pelo desarmamento da população. Os delegados conscientes terão de

OPERAÇÃO



constituir um pólo revolucionário para se contrapor ao distracionismo eleitoreiro e ao pacifismo pequeno-burguês, tão almejado pela burguesia no momento em que seu Estado massacra os camponeses e o Congresso aprova uma lei contra o armamento para justificar ações repressivas contra o MST. É preciso denunciar e rejeitar tal linha colaboracionista.

Está colocado defender um programa de derrubada integral do

Plano FHC, de defesa do ensino público e gratuito, estatização de todo sistema educacional sob o controle dos trabalhadores, um salário mínimo vital, emprego a todos, constituição de uma frente única antiimperialista, a unidade operária e camponesa na luta antilatifundiária pela terra, organização de um tribunal popular contra a corrupção e os crimes da burguesia.

Não se trata apenas de aprovar um programa de luta mas também os métodos correspondentes. Rechaçar

o eleitoralismo e a submissão dos movimentos ao Parlamento burguês. Apoiar-se essencialmente no método da ação direta, que implica estruturar comitês de frente antiimperialista por todo o país e organizar um movimento grevista nacional. Aprovar uma campanha em defesa das ocupações de terra e contra a repressão ao MST. Somente sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias é possível ao movimento estudantil se levantar como força social ao lado dos demais oprimidos.

Apeoesp:

Reunião da executiva da Sub-sede Oeste Lapa

Como os burocratas dirigirão a região até maio de 1998

A Articulação, que se elegeu com os votos das urnas volantes e de 72 urnas fixas nas escolas, sem nenhuma fiscalização, se colocou contra a proporcionalidade na composição da executiva. Para isso, se apoiou no estatuto antidemocrático da Apeoesp, que prega a existência de uma direção monolítica, ou seja, em que não exista oposição no seu interior. Excluindo o POR e os independentes que obtiveram uma expressiva representação na base.

Assim a Articulação escolheu todos os cargos de direção política na região. Apontou a professora Eliane (Articulação-PT) como coordenadora da sub-sede, Luizinho (ex-diretor da Apeoesp) como tesoureiro e Francisco Gretner como conselheiro liberado. Fazendo como chefe-mor o representante da diretoria, Joãozinho. Como se vê, atribuíram a Gretner e Eliane a direção sem que os mesmos tenham sequer pisado nas escolas para divulgar suas idéias reformistas e colaboracionistas. Foram eleitos com os

votos puxados pela burocracia mais sedimentada, Luizinho e Joãozinho.

O mais grave de tudo isso é que retomaram a idéia do pagamento de um conselheiro. Gretner ganhará pelas visitas às escolas e pelo trabalho burocrático que prestará à sub-sede. Nada menos que 20 horas semanais e ajuda de custo (gasolina etc). Esse conselheiro está afastado da sala de aula há muitos anos, prestando assistência à CENP. Sem dizer, que também não moveu uma palha sequer contra a reforma do ensino e o fechamento de escolas na região. Mesmo quando a sua disciplina estava sendo retirada do currículo (filosofia), tema de sua tese, se negou comparecer às escolas que reivindicavam o debate desse problema. Não se trata, portanto, sequer de um militante ativo do reformismo. Isso demonstra que a avaliação política da conduta militante não tem a mínima importância para a Articulação. O que está em jogo é o aparelhismo sindical.

Não bastando essa farsa, propuseram e votaram a demissão da funcionária. Alegaram os mesmos argumentos que os patrões utilizam para "cortar a cabeça" dos trabalhadores. Ou seja, a funcionária não "veste a camisa" da Apeoesp. Ou a funcionária não está de acordo com o modelo de sindicato que queremos etc. Pretendiam que a funcionária ficasse no cargo porque os mesmos queriam gozar as férias de julho. Assim, manobram para achar uma fórmula de conciliar a funcionária com as férias. Por fim, utilizaram da chantagem quando dissemos que não faríamos parte de nenhuma comissão

para selecionar os novos candidatos e muito menos comunicar a mesma da sua despesa.

A maioria da executiva foi composta por professores que mais parecem os patrões, desprovidos de qualquer princípio elementar de classe. Como pequeno burguês embevecido pelo cargo, a nova coordenadora se pousava ora de chefe de departamento pessoal de empresa ora de capacho das propostas reformistas da Articulação.

O incrível é que diante da demonstração da falta de dinheiro no caixa, no momento de transferência para a nossa gestão (setembro de 97), a Articulação propôs que fosse feito um acordo, através do qual se encobertaria o rombo através de notas frias. Diante de nossa recusa e denúncia, votou que as duas forças políticas (Articulação e POR-independentes) pagassem metade cada uma. O POR se colocou contra porque a falta de dinheiro está sob a responsabilidade da gestão da Articulação, pois a tesouraria estava sob total controle dessa corrente. De repente, os responsáveis pelo desvio pretendem fazer do POR co-responsáveis. O POR denunciará essa inversão de valores. Quem deve é quem paga.

A Corrente Proletária na Educação, juntamente com os professores independentes, comparecem na executiva como posição minoritária. Faremos uma intensa campanha contra essa direção, que é incapaz sequer de defender a escola pública, gratuita em todos os níveis para todos. Ao contrário, trata-se de uma direção se escorará nas parcerias, como assim propõe em seu plano de trabalho.



Argentina:

Frente única antiimperialista sob direção da classe operária para terminar com o regime da desocupação, a fome, a entrega, a corrupção e a repressão

Os povoados de Tartagal e Jujuy, os enfrentamentos em Mendoza contra as privatizações, a marcha sobre Tucumán, as mobilizações estudantis, confirmam as modificações ocorridas na situação política a partir do neoquenaco.

A situação insuportável suportada pelas massas (em especial naquelas zonas onde a destruição de forças produtivas provocadas pelo capitalismo foi devastadora), impulsiona aos métodos de ação direta.

O neoquenaco tem dado lugar em poucos dias a uma seqüência de bloqueios de estradas, assembléias populares e mobilizações, que revelam uma maior confiança das massas em suas próprias forças, que se põem frente a frente em cada lugar com as tropas do governo nacional, as quais vão preparadas para a guerra contra os trabalhadores. A atitude frente a repressão é toda uma evidência do estado de ânimo: à maior repressão, maior resposta popular. Cada nova luta que sai leva em conta a experiência que acabam de viver os levantes populares anteriores e a reproduzem com suas próprias características.

A pequena burguesia argentina, tão forte e decisiva nos grandes conglomerados urbanos como Buenos Aires, Córdoba, Rosário, Tucumán, começa a somar-se à luta. A solidariedade com os vendedores ambulantes em La Plata, a reação imediata em Buenos Aires, as lutas por orçamento, contra a aplicação da política educacional, as movimentações por Justiça para Cabezas e contra o gatilho fácil etc. são algumas demonstrações.

Nesta atitude dos explorados devemos registrar a mudança na situação política nacional.

O próprio regime (em seu conjunto), e o Governo como representante direto do mesmo, tem notado esta mudança. Menem tem fixado a linha geral: não será admitido nenhum protesto radicalizado, não se legitimarão os protestos apoiados na ação direta, a ordem será restabelecida custe o que custar; combinando esta política repressiva com fazer algumas concessões para ganhar tempo e ordenando a seus funcionários para se anteciparem aos conflitos, assinalar onde podem estalar e o que fazer para evitá-los.

A repressão em La Plata e Jujuy não tem sido um excesso das forças ou expressão das fricções da polícia bonaerense com o Governo, mas guarda coerência com as ameaças e instruções que fez Menem. Estes são claros sinto-

mas de fascistização do regime.

O governo sabe que, ao arrancam concessões, as massas ganham mais confiança em suas próprias forças, em sua ação direta. Sentem que a luta empreendida serviu, as lutas com vitórias parciais estimulam a lutar mais para obter todo o postergado, e já não se conformam com promessas para algum dia nem com migalhas. O governo sabe também que é impossível satisfazer todas as reivindicações, que não há conciliação possível com as reivindicações populares, e que deve ganhar tempo para tentar derrotar as massas (uma tarefa para depois das eleições).

Um setor da burguesia, também ao interior do partido governante, crê que não há que perder tempo, que é necessário fortalecer as instituições, reforçar as ilusões, fazer "política social" mais ampla; crê que a política repressiva pode não ter retorno. Ambas tendências se complementam tendo em comum a defesa das conquistas obtidas contra as massas.

Desta situação se depreende a necessidade de interpretar com precisão, sem impressionismos de nenhum tipo, o conteúdo das lutas que estão acontecendo, fazendo consciente sua perspectiva, que não pode ser outra que terminar com este regime por meio da ação direta de massas, explicando o caráter irreconciliável dos interesses em disputa, preparando-nos para fazer frente à repressão e derrotá-la, passando por cima dos dirigentes traidores, construindo novas organizações desde a base que sirvam para a luta e recuperando as que tenham sido esvaziadas pelos burocratas. A vitória só se inscreve nas bandeiras da revolução e ditaduras proletárias, é com este objetivo que devemos partir das lutas mais elementares das massas, desde sua organização mais primitiva, para ajudar a que se elevem à luta política para terminar com a burguesia espalhadora de fome e repressora.

Nesta tarefa, a tática da FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA é vital, partindo das reivindicações mais imediatas e sentidas de cada setor, agrupando o ativismo no terreno da comissão de base, da organização de comissões de delegados, da assembléia. É esta tática que nos permite colocar-nos no terreno revolucionário prático, inclusive àqueles que têm ilusões democráticas no sistema, inclusive a base dos partidos burgueses. Combatemos como a peste aos sectários, aos manobreadores que paralisam com suas posições mesqui-

nhas e seu charlatanismo.

Dizemos que as assembléias populares que se têm estruturado ao calor destas lutas são um passo importante para selar a unidade entre as classes oprimidas, mas que é imprescindível que a classe operária trave a luta por sua direção, por seu programa, para não ficar envolta no democratismo de setores pequenos burgueses e até burgueses que se juntem aos protestos. A classe operária formula desde sua estratégia antiimperialista e anticapitalista as reivindicações de todos os oprimidos e explorados da nação. As outras classes já têm demonstrado em toda a história sua caducidade, sua impotência, sua impossibilidade de transformarem-se em direção nacional.

Estas questões tão simples e elementares são as que têm que se impulsionar como reivindicações operárias frente às próximas eleições e não outras, rechaçamos o eleitoralismo reformista da esquerda, incluídos os chamados "trotskos" que só buscam votos e algum assento no parlamento, em nome de uma unidade sem princípios, também rechaçamos as posições "ultras" de quem crê que as condições já estão maduras, que as ilusões democráticas já se esgotaram, como para chamar ao boicote.

É no choque entre esta experiência e a política das direções existentes (processo que deve ser fecundado pela intervenção política e ideológica dos poristas), que se irá produzindo a construção da nova direção classista e revolucionária.

(Extraído do Masas 117, de 26/05/97)

Internacional



Maio, um mês histórico na Argentina

O Cordobaço, um gesto heróico da classe operária e a juventude

No começo de maio, diante do alimento preços no setor estudantil de Corrientes, começa um protesto que cresce e que motiva a resposta repressiva da Infanteria da Política Federal. No 15 de maio, diante de uma manifestação de 4 mil trabalhadores e estudantes, que percorreu o centro da cidade, desata-se uma brutal repressão, com dezenas de feridos e o estudante J. J. Cabral assassinado pela polícia.

As manifestações de repúdio se estendem a outras cidades e, em Rosário, a polícia assassina friamente o estudante Andrés Bello. Em 21 de maio se generaliza o protesto e se radicaliza em Rosário, Blanco cai morto diante da repressão. A militarização da cidade não pôde impedir a paralisação massiva do dia 23 de maio. Simultaneamente se desenvolveram mobilizações em Tucumán, a princípio são os estudantes, logo se somam os trabalhadores da FOTIA, no dia 27 os manifestantes ocupam o centro da cidade e a deixam às escuras. Em Córdoba crescem as mobilizações estudantis, a violenta repressão gera maior radicalização em resposta, em 26 de maio o bairro Clínicas se converte em um baluarte dos jovens levantando barricadas; no dia 27 chega Ongaro e é detido, para o dia 29 se convoca a paralisação em toda província e os estudantes decidem somar-se aos protestos.

Esse será o dia que ingressará para a história da luta de classes como o Cordobaço

Desde as 10:30 h os operários do cinturão industrial marcham até o centro, o transporte se paralisa e os negócios fecham suas portas. Os enfrentamentos com a polícia começam ao meio dia, quando os operários mecânicos tentam concentrar-se em frente à casa do governo. Durante várias horas, os manifestantes, junto com os estu-

dantes, apoiados pelas colunas que chegavam dos bairros, ocuparam a cidade e fizeram retroceder a polícia da ditadura, que terminou encurralada nos comissariados; o governo teve de fazer intervir o exército com veículos blindados para poder começar a retomar o controle da cidade, o que consegue plenamente no dia seguinte (as cifras oficiais falavam de 12 modos e uma centena de feridos)

Tratava-se nada menos que a maior irrupção do proletariado industrial argentino em sua história. Nas ruas, havia soldado em unidade com a juventude estudantil, que vinha ganhando protagonismo nas lutas nas principais cidades do país.

Impôs-se à burocracia uma paralisação geral para o dia seguinte e dava-se início a um rico processo de recuperação das organizações gremiais para os trabalhadores.

A classe operária se dirigia como dirigente dos oprimidos, começava a marcar o passo: uma nova etapa se abria no país. Através dos sindicatos se canalizavam as principais lutas de classe ainda que muitos esquerdistas descartassem toda possibilidade de luta desde os sindicatos. A existência de uma vanguarda operária de prestígio entre os operários, especialmente entre os mecânicos e eletricitários, estimulou a confiança dos trabalhadores em intervir aberta e massivamente, apesar de haver várias derrotas recentes (Citroen em janeiro de 1969).

A ação direta e unitária de massas havia demonstrado naquela jornada sua efetividade para enfrentar a repressão, jornadas similares se repetiriam nos meses seguintes em várias cidades.

Haviam ficado também desorientados frente ao Cordobaço aquelas organizações, que como o PRT (O Combatente) algumas semanas antes só chamavam a escaramuças e ações clandestinas, enquanto preparavam a guerrilha rural em Tucumán. Logo desqualificariam o Cordobaço por considerá-lo uma "luta defensiva".

O Cordobaço e os povoados que o seguiram manifestaram a crise de dominação da burguesia; deixaram às claras sua debilidade para sustentar-se por meio das baionetas e também para poder construir uma democracia parlamentar como nas metrópoles. A ditadura de Onganía, que havia pretendido perdurar 20 anos e estabilizar politicamente o país sob suas botas e sob o comando econômico de Krieger Vasena tinha que começar a debater sua retirada antes de completar 3 anos.

Peron, no exílio, também foi sacudido pela intervenção da classe, o general havia dado uma virada para o golpe de 66, havia ordenado "descansar até que tudo se acalare", disse também "Ogania é um bom soldado". As mais notórias direções sindicais peronistas foram colaboracionistas com a ditadura.

A burguesia, a partir do Cordobaço toma consciência de sua crise, de que já não pode seguir governando como até então e começaria a estender uma ponte até o velho caudilho nacionalista, o único com autoridade política sobre as massas, para recompor sua dominação.

O Cordobaço foi parte de um processo de levante mundial das lutas das massas, nas colônias, semicolônias, nos estados

operários e também nas metrópoles: Vietnã, Chile, França, Checoslováquia, Alemanha, Uruguai.

A classe operária, desde a década de 40, era tutelada pelas idéias nacionalistas burguesas, pelo peronismo, e esta ação independente da classe iniciava a ruptura com essa história, irrompendo com seus próprios métodos, disputando com a burguesia a direção das massas.

Potencializam-se as organizações claudicas dos gremios, caracterizadas por colocar a necessidade de uma política de classe, que os operários fizessem política, a questão do poder, por apelar aos métodos de luta próprios da classe.

Entretanto, esse processo fica truncado, não se resolve a construção da

organização revolucionária da classe operária, apesar da grande luta ideológica de várias décadas ao redor das tarefas e perspectivas da revolução na Argentina e América Latina. Nesta tarefa, na qual se concentrava a independência de classe, sua finalidade estratégica - seu programa - esteve a principal falência daquele momento de extraordinária politização e intervenção de massas.

A vanguarda se orientou até posições foquistas pequeno-burguesas, até o democratismo e nacionalismo burguês, frustrando-se a resolução daquela tarefa que começava cumprir-se ainda que de forma embrionária nos últimos anos. Rechaçamos a idéia que vulgarmente se repete, de que naqueles anos havia se resolvido o problema da direção revolucionária, de que se havia construído o partido da classe, (se assim foi, onde está?, onde esteve nestas duas décadas?, qual é seu programa?).

Os "esquerdistas" de então não alcançaram a compreensão das poderosas ilusões democráticas que se desatavam com a possibilidade de retomo de Perón. O papel do peronismo não havia sido compreendido. A burguesia pôde aproveitar toda esta confusão, todos esses erros para desarmar a classe e depois conferir-lhe um duro golpe na espinha.

Aquela etapa que se encerrou em 76 busca reabrir-se com grandes dificuldades e perigos. É necessário um profundo debate, fazer o balanço daqueles acontecimentos, as posições políticas das organizações que se consideravam revolucionárias, seus programas, seus jornais, panfletos, as posições que desenvolveram as organizações de massas, em que intervínham, para poder enterrar os fetiches da época e contribuir na construção do programa, assimilar aquela experiência para a classe, para a tarefa que temos de cumprir.

Hoje, a continuidade daquele gesto que expressou a rebelião das forças produtivas encontra-se em Cutral Co, em Tartagal, em Jujuy etc. temos a obrigação de extrair também todas as lições destas lutas, traduzir suas mensagens, transformá-lo em programa.

Esta é a tarefa para os classistas de hoje, assim contribuiremos para resolver o problema dos problemas; construir o estado maior da classe operária, na estratégia da revolução e ditadura proletárias.

